

# Pais pedem hoje anulação do repasse

Os pais de alunos de escolas particulares do Município do Rio de Janeiro pedirão hoje ao Secretário de Educação do Estado, Carlos Alberto Direito, que revogue a homologação do Conselho Estadual de Educação — do qual é o Presidente —, que concedeu um repasse de 50 por cento do reajuste dos professores às mensalidades escolares. Eles querem ainda a prorrogação do prazo para pagamento da mensalidade de maio até que a questão do aumento seja definida.

Direito disse ontem que não tem competência para revogar uma decisão do Conselho, mas acrescentou que estudaria, durante a noite, por determinação do Governador Moreira Franco, uma fórmula alternativa

## **Secretário alega que Rio deu o menor reajuste do País, mas promete estudar outra solução**

de recurso para apresentar aos pais de alunos.

— Nosso Estado concedeu o menor repasse do País, que não foi integral e não incorporou o gatilho dos professores. Pelos nossos cálculos, o repasse do reajuste da categoria será de 29 por cento. Eu quero receber os pais e o Governador me pediu todo empenho nessa conversa — disse o Secretário da Educação.

O encontro será às 18h em seu gabinete, mas antes, às 17h, os pais farão uma rápida reunião na sede da Famerj para votar a pauta de reivindicações. Além do não ao repasse, os pais querem ter acesso aos livros-caixa das escolas particulares que alegarem dificuldades financeiras para reajustar suas mensalidades.

— E em cima da contabilidade das escolas que poderemos aferir suas necessidades diante da correção dos índices. Isso é fundamental para nós — disse o Presidente da União de Pais e Mestres da Sociedade Educacional Guanabara, Ironcides Grana,

que é pai de um aluno da Escola Eco, no Grajaú.

Segundo o Presidente da Famerj, Chico Alencar, a abertura dos livros-caixa faz parte de um processo de democratização das escolas particulares, que não deve ser apenas pedagógica, mas também “fazendária”.

O Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular, Paulo Sampaio, afirmou que não haverá problemas para os empresários em apresentar a “o estado pré-falimentar” das escolas, mas ironizou a iniciativa dos pais:

— Os diretores também exigirão dos pais que alegam não poderem pagar o aumento sua declaração de rendimentos para a comprovação de que a mensalidade escolar está acima dos gastos da família com o lazer.

A fotógrafa Lourdes Calainho, mãe de três alunos do Centro Integrado do Leme, já redigiu, por conta própria, um manifesto dos pais, destinado ao Secretário de Educação, que será votado hoje.

No documento, os pais reivindicam ainda um controle maior, pelas autoridades do setor educacional, dos estabelecimentos de ensino em relação aos aumentos e ao cumprimento das determinações do MEC e da Secretaria de Educação.

No manifesto, os pais perguntam ao Secretário a quem devem recorrer no caso do não cumprimento de currículos.

— Chegamos a uma realidade. Sabemos que o dinheiro convertido em salários nada mais é do que a mensalidade paga por nós. Não somos nenhum pote de ouro e estamos cada vez mais achatados pela política econômica do Governo — diz a fotógrafa no documento.

O advogado Ironcides Grana acredita que o assunto do repasse do reajuste às mensalidades só será resolvido na Justiça:

— Os estudantes já entraram com um recurso administrativo no Conselho Federal de Educação, questionando a homologação. Uma vez aprovado acabou o problema. Decidiremos em Juízo — afirmou.